



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001885-78.2013.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Requerente: **Ana Lúcia Saldanelis**
 Requerido: **Banco do Brasil Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Cuida-se de execução individual de sentença em ação coletiva movida por ANA LÚCIA SALDANELIS em face de BANCO DO BRASIL S.A.

O executado apresentou impugnação sustentando, em essência, que a sentença é ilíquida e que há excesso de execução. Efetuou depósito judicial do valor postulado (fl. 52).

É o relatório. DECIDO.

Conheço da impugnação, mas a rejeito.

A existência de saldo bancário em contas da qual a exequente era titular à época do aludido plano econômico é fato incontroverso e está demonstrada pelo documento de fl. 31, que indica a exequente como única titular da conta e que não foi impugnado pelo executado.

A sentença exequenda não individualizou os beneficiados pela condenação; logo, todos os consumidores, associados ou não ao IDEC, poderão dela se beneficiar (TJSP ED 2041446-95.2013.8.26.000/50000; REsp 1.243.887/PR).

Desnecessária a prévia liquidação, haja vista a possibilidade de aplicação do artigo 475-B do Código de Processo Civil.

Não há falar-se em prescrição, tendo em vista que se trata de execução individual decorrente de ação coletiva, cujo trânsito ocorreu em 2011.

O executado aventou teorias sobre atualização, correção monetária, aplicação de juros, mas não elaborou memória de cálculo e não especificou provas, não se desincumbindo, pois, do ônus que lhe competia.

Pelo exposto, rejeito a impugnação oferecida e **JULGO EXTINTA** a execução, nos termos do artigo 794, I, do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de levantamento.

P.R.I.

Ibaté, 05 de novembro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA